

PROJETO MEMÓRIA

Ano II, nº 3 - junho de 2010 - Uma publicação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

S milhões em Brasília a Federal São Paulo

anta joso para a a
ciamentos para
a Carteira Hipot



contrato, que seria a seguir também
Castellino Borges Fortes

comerciais em Brasília. O
to foi assinado, pela C. E.
São Paulo, pelo general Cas-
Borges Fortes, e, pela C.
do Rio de Janeiro, pelo al-
te Augusto do Amaral Pei-

NEGOCIO VANTAJOSO
PARA AS CAIXAS
ando durante a solenidade.

Peixoto referiu-se ao fato de que
financiamento vantajoso para as
gocio altamente vantajoso para as
Caixas Economicas Federais. Afir-
mou que a autarquia do Rio de
Janeiro já tem experiência nesse
sentido, pois suas aplicações fe-
tas em Brasília lhe deram lucros
de 40 a 50 por cento, lucros que,
de outra maneira, seriam propi-

o está criando "panamá" nalto Central do Brasil

o no
rô-
a-
-
ção. Tenho
damente
so está criando
alto ce-

cinada como estavam sendo gastos os
escândalos públicos, o aparecimento dos
tas, inclusive de elementos da situa-
ção. Tenho - acrescentou a situa-
damente criticado a situa-
o está criando
alto ce-



OH BRASÍLIA
ESPERE-TE TANTO
1911 - 1960



Expediente

Publicação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Praça do Buriti, Lote 2
Edifício-Sede do MPDFT
Brasília CEP 70.091-900
www.mpdft.gov.br

Procurador-geral de Justiça
Leonardo Azeredo Bandarra

Vice-procuradora-geral de Justiça
Maria Aparecida Donati Barbosa

Corregedora-geral
Lenir de Azevedo

Chefe de gabinete
Karel Ozon Monfort Couri Raad

Assessoria de Políticas Institucionais
Dênio Augusto de Oliveira Moura
Libanio Alves Rodrigues

Diretor-geral
Moisés Antônio de Freitas

Coordenação do projeto
Coordenadoria de Comunicação Social

Pesquisa
Anna Carolina Brito
Mônica Silva
Priscila Viegas

Jornalista responsável
Mônica Silva
RP 7751

Revisão
Bruna Falco de Sá Souza

Diagramação
Via Comunicação

Criação do anúncio institucional
Ramon Oliveira

Impressão
Art-Gráfica

Tiragem
3 mil exemplares

Agradecemos gentilmente ao Arquivo Público do Distrito Federal, ao Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro e ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios pelos documentos e imagens cedidos.

Sumário

Editorial



3

Rumo ao Planalto Central



4

MPDFT no túnel do tempo



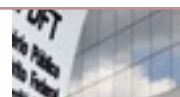
8

Mais perto da comunidade



10

Uma carreira, uma vida



16

Força feminina



18

Lembrando os nossos pioneiros



20

O primeiro ato de Justiça



22

50 anos em números



24

Parabéns, MPDFT!



26



Editorial

Assim como nossa cidade, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios também celebra seus 50 anos. De 1960 até hoje, a instituição vem crescendo junto com Brasília. E é com orgulho que percebemos as mudanças ao longo de todo esse tempo.

O Ministério Público de nossos dias é imenso, se comparado aos poucos membros e servidores que chegaram ao Planalto Central na inauguração da cidade. Foram muitas as conquistas: instalações, recursos humanos, prédios próprios, carreira própria, independência funcional e outras garantias constitucionais.

Por tudo isso, é tempo de festa. E, entre as celebrações preparadas para o Jubileu do MPDFT, dedicamos esta edição da Revista Memória ao nosso primeiro cinquentenário. Teremos a oportunidade de conhecer ou lembrar vários de nossos pioneiros: a primeira mulher aprovada no concurso para defensor público; as primeiras promotorias instaladas nas cidades do Distrito Federal; os primeiros servidores da carreira do MPU lotados em nosso Ministério Público.

Também há espaço para os bastidores da transferência da capital para Brasília e, voltando ao presente, para nossa festa em comemoração aos 50 anos da instituição. Esperamos que a leitura desta Revista Memória sirva de inspiração a todos os que, nos dias de hoje, trabalham para que a instituição continue crescendo e cumprindo sua missão.

Parabéns a Brasília, parabéns ao MPDFT!

Maria Aparecida Donati Barbosa

Vice-procuradora-geral de Justiça e Presidente da Comissão do Projeto Memória



Rumo ao Planalto Central

Por Mônica Silva

No Brasil do fim dos anos 1950, mais da metade da população vivia no campo. As distâncias eram maiores e as comunicações, mais difíceis. A televisão ainda era uma novidade e havia, em média, apenas um telefone para cada 70 habitantes. Foi este Brasil que, com três milhões de votos, levou Juscelino Kubitschek de Oliveira à Presidência da República. No programa de governo, o impensável: mudar a capital do país para o Planalto Central.

A transferência já estava prevista desde a Constituição de 1891, que dizia, em seu artigo 3º: “Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital federal”.

A demarcação aconteceu já no ano seguinte, mas, a partir daí, a proposta foi deixada de lado para ser retomada apenas na campanha presidencial de 1955. Conta-se que, em um comício na cidade goiana de Jataí, o candidato Juscelino Kubitschek foi questionado sobre sua intenção de cumprir a Constituição e mudar a capital. A resposta afirmativa levou o projeto a ser incluído em seu programa de governo e a ser chamado “Meta-síntese”.

Eleito Juscelino, começaram os trabalhos para a transferência da capital. O jornalista Carlos Chagas, que na época era repórter do diário O Globo, presenciou o descrédito dos brasileiros diante da novidade: “As pessoas achavam que era um delírio. Todo mundo adorava o Rio!”. No entanto, quando as obras começaram, surgiu a inquietação: “será que a mudança vai mesmo acontecer?”, recorda-se.

Para a população do Rio de Janeiro, a transferência soava como uma ofensa. O improvável status de “ex-capital” causava incertezas e alimentava boatos. O jornalista Gerson de Macedo Soares, apesar de favorável à mudança, admitiu seu incômodo em texto publicado no Jornal do Brasil, em 28 de agosto de 1957: “Brasília capital, seus filhos e habitantes passarão a ser os Senhores Federais, os da corte, como se dizia no Império (...). Os cariocas, que já foram da Corte e hoje ainda são Distrito Federal, passarão a ser... provincianos! (...) Eu também, Carioca da gema, passar a ser... provinciano, depois de ter nascido Federal!”

Apesar de toda a reação, em 1959, a mudança para Brasília já parecia irreversível: a cidade estava realmente sendo construída. “O presidente vi-

Prédio histórico do Palácio da Justiça do Rio de Janeiro, na rua Dom Manuel

Foto: Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro





**A mudança da
capital provocou
reações diversas,
do descrédito ao
inconformismo**





nha pessoalmente fiscalizar as obras. Às vezes, saía do Rio de madrugada e voltava à tarde”, recorda-se Carlos Chagas. Os setores contrários à mudança, no entanto, ainda não haviam sido convencidos. Em 13 de janeiro daquele ano, o jornal carioca *Correio da Manhã* inicia assim uma notícia sobre a transferência de servidores para a nova capital: “No mês de junho, o governo pretende desterrar 3.868 funcionários públicos para Brasília. Quem será atingido pela má sorte?”, questionava o inconformado periódico.

Enquanto isso, na Rua Dom Manuel...

Os planos de mudança da capital federal causavam agitação em todo o serviço público do Rio de Janeiro. Na Procuradoria-Geral de Justiça do Distrito Federal não foi diferente. Era necessário encontrar promotores de Justiça dispostos a deixar a vida e o conforto do Rio de Janeiro

para começar o Ministério Público em Brasília.

No início de 1960, o promotor Áttila Sayol de Sá Peixoto já estava decidido a aceitar o desafio. Havia oito vagas em Brasília e ele procurava colegas que quisessem acompanhá-lo. “Foi ele quem me convidou”, recorda-se o procurador de Justiça aposentado Gilvan Correia de Queiroz. A ideia era formar uma equipe com promotores de carreira, já experientes, que pudessem fazer frente à tarefa.

Diante da proposta, Gilvan não pensou muito. A perspectiva da mudança lhe pareceu animadora, ainda que a cidade fosse nova e não tivesse muito a oferecer. “Se é ruim, um dia vai melhorar”, avaliou. Foi assim que ele decidiu se transferir para Brasília e se tornar um dos pioneiros do Ministério Público que ali se instalaria. Além de Áttila e Gilvan, José Júlio Guimarães e Milton Sebastião Barbosa fizeram parte desse primeiro grupo de promotores.

Zona Sul do Rio de Janeiro
nos anos 50

Foto: Arquivo Público do Distrito Federal

**A equipe
deveria ser
formada por
membros
experientes
do Ministério
Público**



"Deixamos de ser uma repartição burocrática e passamos a representar a sociedade"

O espaço destinado ao Ministério Público ficava no 6º andar do bloco O da Esplanada dos Ministérios. “Faltava pessoal, material de escritório, espaço”, recorda-se Gilvan. Era um Ministério Público muito diferente do atual: um departamento do Ministério da Justiça, ligado ao Tribunal. Não havia sede, nem promotores nas cidades, nem quadro de servidores próprios.

As conquistas obtidas nestes 50 anos mudaram o perfil da instituição. Gilvan recorda-se das lutas empreendidas em nome de várias delas: a lei da Ação Civil Pública, a independência funcional, a autonomia e as diversas garantias constitucionais de 1988. “Deixamos de ser uma repartição burocrática e passamos a representar a sociedade”, avalia.

E nos próximos 50 anos? “Precisamos ampliar e reforçar o que já foi conseguido. A grandeza da instituição é o mais importante”, acredita o veterano. ■



Chagas acompanhou de perto a mudança da capital

Foto: José Evaldo Vilela

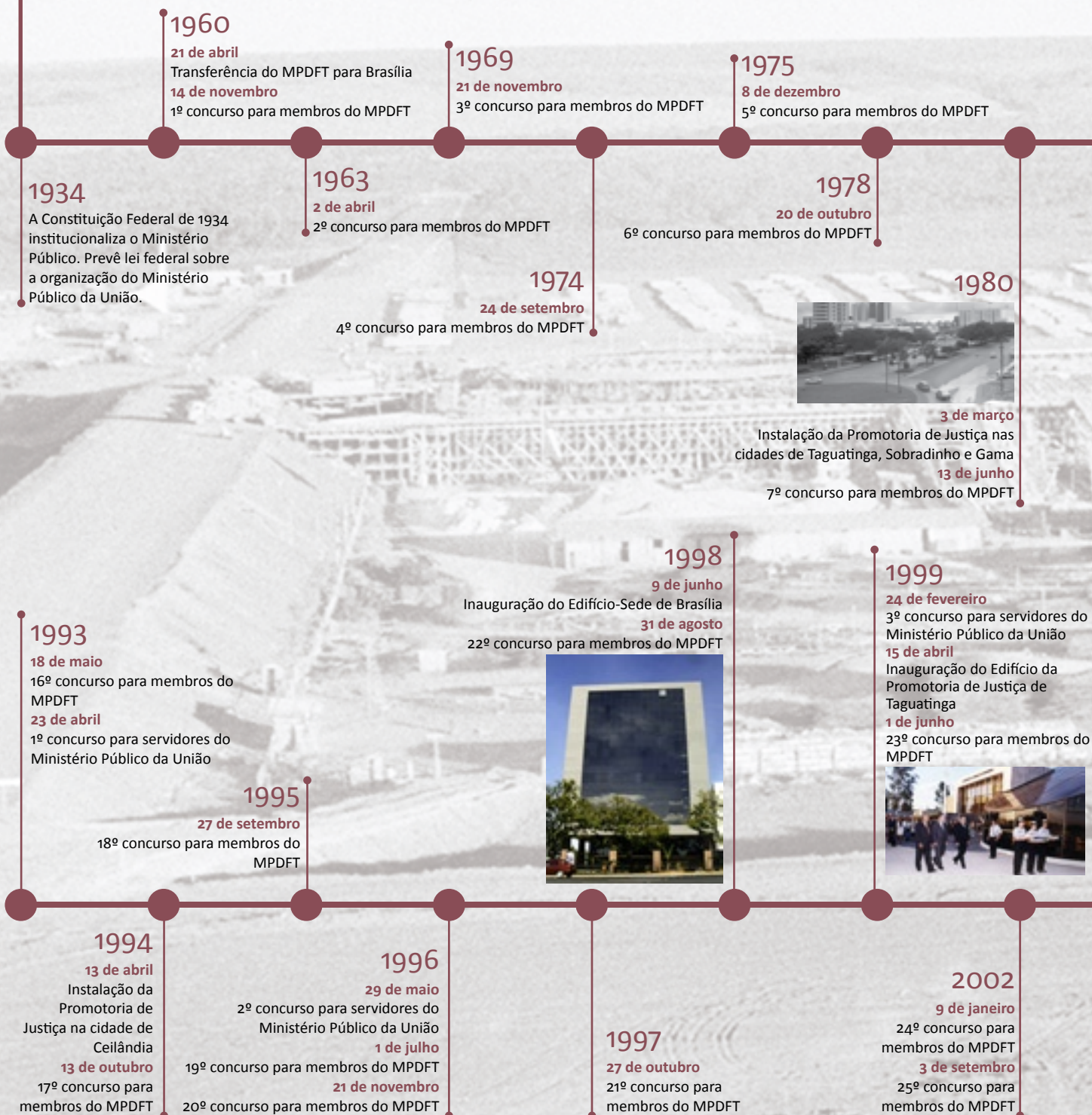


Gilvan Correia estava no primeiro grupo de membros do MPDFT

Foto: José Evaldo Vilela



MPDFT no túnel do tempo







Mais perto da comunidade

Por Anna Carolina Brito

Em 1980, o MPDFT completava 20 anos em Brasília. Foi nessa época que uma nova lei de organização judiciária alterou a estrutura da Justiça na capital do país. A Lei nº 1.650, de 1979, previa cinco circunscrições nas então chamadas “cidades-satélites”. Era o primeiro passo na tentativa de aproximar a Justiça da população de todo o Distrito Federal. Pela lei, Taguatinga, Gama, Sobradinho, Brazlândia e Planaltina seriam as primeiras cidades a receber seu próprio fórum.

A medida foi uma resposta ao aumento inesperado da população da

capital federal. A estrutura do sistema judiciário da época já não era suficiente para atender à demanda. Na década de 1980, o Distrito Federal já tinha mais de 1 milhão de habitantes e seu território ultrapassava 28 mil hectares, dividido em 12 centros urbanos. Da população total, cerca de 78% vivia na periferia da capital, nas cidades-satélites, conforme apontam dados do IBGE.

Com a criação das novas circunscrições, o MPDFT teve que se adaptar. A tarefa não foi fácil. Na época, a estrutura do Ministério Público ainda era pequena e suas atribuições, diferentes das atuais. “Estávamos

Com o crescimento do DF, a população demandava mais da Justiça



Aniversário de 122 anos de Planaltina, em 1981

Foto: Arquivo Público do Distrito Federal



Inauguração do Fórum de Taguatinga, em 8 de junho de 1983

Foto: Arquivo Público do Distrito Federal

despreparados. Não tínhamos infraestrutura, mas tivemos que nos dobrar para dar conta do trabalho junto às novas varas que foram criadas”, relembra Adilson Rodrigues, procurador de Justiça aposentado e o primeiro membro a atuar em Taguatinga.

A nova lei criava, além das promotorias das cidades-satélites, as promotorias especializadas de Delitos de Trânsito e de Entorpecentes, e as Curadorias de Família, de Resíduos, de Registro Civil, de Massas Falidas, de Acidentes de Trabalho e de Menores. “Foi necessário muito esforço para dar conta de tudo. Éramos poucos membros e servidores”, lembra o procurador aposentado.

A mudança

As Promotorias de Justiça do Gama, de Sobradinho e de Taguatinga foram as primeiras a ser instaladas. Em 3 de março de 1980, membros, servidores e estagiários começaram a trabalhar em salas cedidas pelo Tribunal de Justiça nos fóruns. “A equipe tinha pouco mais de 20 pessoas. Destes, cerca de 15 eram estagiários”, conta o hoje desembargador Romão Cícero de Oliveira. Na época, ele era defensor público e foi um dos primeiros membros a atuar em Sobradinho.

Até a instalação das promotorias restantes, as unidades de Taguatinga e Sobradinho ficaram encarregadas dos processos de Brazlândia e Planaltina, respectivamente. A Promo-

As primeiras promotorias começaram a funcionar em instalações cedidas e com equipes pequenas





Feira livre em Sobradinho

Foto: Arquivo Público do Distrito Federal

Denúncias e inquéritos em andamento foram enviados às novas promotorias

toria de Justiça do Gama, como lembra Romão, ficou sob a coordenação do ex-promotor de Justiça Everards Mota e Matos, falecido, em 2003, no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do DF.

As denúncias, procedimentos de investigação e inquéritos em andamento foram redistribuídos para as novas promotorias, de acordo com a cidade onde aconteceu o delito. Mas, para evitar atrasos, os processos já iniciados continuaram na circunscrição de Brasília. “As promotorias nas cidades-satélites receberam os procedimentos cíveis e criminais, enquanto os de Tribunal do Júri, a princípio, continuaram em Brasília”, recorda o desembargador.

Pouco mais de um ano depois, em 26 de fevereiro de 1981, foram inauguradas as Promotorias de Jus-

tiça de Brazlândia e de Planaltina. No início, os promotores que atuavam em Brazlândia eram os mesmos que trabalhavam em Taguatinga, e os de Planaltina, os mesmos de Sobradinho. “Todos os dias, no fim da tarde, os promotores iam de um fórum para outro”, relembra Adilson. “Era a única forma de colocar as



Invasão em Brazlândia, em 1981

Foto: Arquivo Público do Distrito Federal



novas promotorias para funcionar”, explica. O procurador aposentado se lembra que, na Promotoria de Taguatinga, em 1983, ele foi designado para atuar em 1.150 processos na Vara Criminal da cidade, de uma só vez. “Não sei nem como dei conta de tudo”, ri.

Além da falta de pessoal, as promotorias recém-instaladas também sofriam com a falta de infraestrutura. “O caminho era longo e tínhamos apenas um carro para fazer o transporte de todos até as cidades”, conta Romão. Antes de poder contar com a Kombi do MPDFT, os membros da Promotoria de Taguatinga pegavam carona na Veraneio do Tribunal de Justiça que transportava os juízes.

Por todas as dificuldades enfrentadas, ter participado da instalação das primeiras promotorias nas cidades do Distrito Federal é motivo de orgulho para os pioneiros. O procurador aposentado Adilson tem boas lembranças desse período. “Trabalhávamos diretamente com a comunidade. Chegamos a ir até a casa das pessoas que precisavam do nosso serviço mas não tinham como chegar até nos”, recorda-se. O desembargador Romão destaca a importância da descentralização do Judiciário e do Ministério Público. “A ida do MPDFT para as satélites representou não só uma facilidade, mas também acesso à justiça para grande parte da população de Brasília, que até então era excluída”, define o desembargador. ■

Centro de Taguatinga, em 1984

Foto: Arquivo Público do Distrito Federal



50 Anos de Brasília. O MPDFT também faz parte desta história

Em 1960, o Ministério Público foi uma das instituições pioneiras na nova capital do Brasil. Hoje, temos orgulho de trabalhar na garantia dos direitos de todos aqueles que continuam construindo nossa cidade.





MINISTÉRIO PÚBLICO
DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS



Uma carreira, uma vida

Por Anna Carolina Brito

Um casamento de 16 anos. É essa a impressão que Ana Paula Cusinato, Cláudio Portela e Herbert Dutra têm ao pensar no MPDFT. A história começou em 1993, quando o Edital nº 12 da Escola de Administração Fazendária (ESAF) foi publicado, em 22 de abril. Era o primeiro concurso a selecionar servidores especificamente para os quatro ramos do Ministério Público da União. No dia 24 de fevereiro de 1994, 47 candidatos aprovados tomaram posse no MPDFT. Foram os primeiros servidores do quadro próprio da instituição.

Ana Paula, Claudio e Herbert faziam parte deste grupo. Eles vieram sem conhecer muito sobre o órgão e sem grandes expectativas. Ainda era a época da faculdade, o início da carreira. Portela, recém chegado de Ibiapina, Ceará, frequentava o curso de Direito. Ana Paula ainda era estudante de Psicologia e Herbert queria ser biólogo.

“Fiquei sabendo do concurso por amigos e resolvi fazer, pois precisava do trabalho”, relembra Herbert. “Achava que o Ministério Público era a Procuradoria-Geral da República. Quando fui nomeado para o MPDFT, foi até um pouco frustrante”, confessa. Ana Paula, ao contrário, preferiu

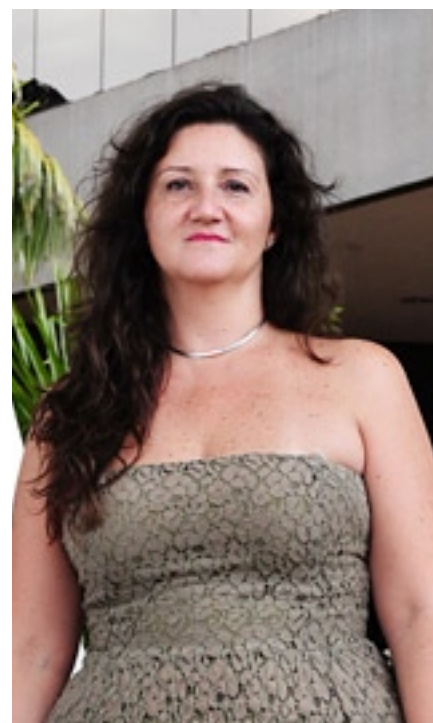
o MPDFT. “Era o que mais me atraía, por conta da justiça comum, do atendimento direto à população”, lembra.

Naquela época, trabalhar no Ministério Público era diferente. “Quando entramos, a instituição ainda não tinha um Regimento Interno e não sabíamos o que esperar da nossa carreira”, conta Herbert. O salário também não era dos mais atrativos. “Recebíamos 237 URVs*, menos do que eu gastava com a faculdade”, relembra o então servidor, hoje promotor de Justiça, Cláudio Portela.

Para eles, a decisão de ficar no MPDFT foi motivada pela identificação com o trabalho e com a equipe, que ainda era pequena. “Todos nos conhecíamos. Éramos uma grande família”, define Portela. Ele foi aprovado em outros concursos com melhores remunerações, mas optou pelo MPDFT porque, além de poder conciliar com os estudos, gostava do trabalho.

O papel constitucional que o Ministério Público havia recebido em 1988 foi outro fator que incentivou os servidores a continuar na instituição. “O MP é mais que um emprego. A capacidade ampla de poder amparar a lei e o cidadão foi o que sempre me incentivou”, conta o promotor. Ana Paula completa: “Eu me orgulho muito de colaborar para que

"Eu me orgulho de colaborar para que o MP cumpra suas atribuições"



Ana Paula Cusinato

Foto: José Evaldo Vilela



Hebert Dutra

Foto: José Evaldo Vilela

o Ministério Público cumpra suas atribuições, que vão além do texto constitucional, e podem efetivamente promover justiça social”.

Hoje, as carreiras construídas no Ministério Público são motivo de orgulho. “As melhorias que os servidores do MPU conseguiram ao longo desses anos certamente valorizaram nossa instituição. De um vencimento próximo ao salário mínimo, chegamos a um concurso que atrai milhares de pessoas”, destaca Ana Paula, que começou, no MPDFT, a atuação no movimento sindical.

Grandes mudanças

O Ministério Público foi completamente reestruturado pela Cons-

tituição Federal de 1988. Com ela, ganhou mais atribuições e mais independência. Diante da nova realidade, a estrutura física e de pessoal tornou-se pequena, especialmente no MPDFT. Procuradores, promotores e servidores trabalhavam no 7º andar do Fórum Desembargador Milton Sebastião Barbosa. Não havia internet, os programas operacionais eram bem mais simples e os computadores, pouquíssimos.

De lá para cá, o MPDFT mudou bastante. Além da grande informatização, mudou também a profissionalização e a especialização dos servidores. “Não havia essa variedade de cargos nem o salário competitivo atual. O quadro de pessoal que temos hoje é altamente capacitado”, garante Ana Paula. “Sem dúvida, esse foi um fator que ajudou no crescimento do Ministério Público”, acredita Cláudio Portela.

A mudança para o Edifício-Sede também foi um marco. O prédio, inaugurado em 1998, tornou possível abrigar todas as procuradorias e grande parte das promotorias de Brasília em um espaço exclusivo do Ministério Público, o que deu visibilidade à instituição. “Tornar o MP conhecido aumentou a demanda, mas também fez com que o órgão cumprisse, cada vez mais, seu dever constitucional”, acredita Ana Paula. ■

**Como medida preparatória à implantação do Real, foi introduzida a URV (Unidade Real de Valor), prevista na Medida Provisória nº 434, publicada na D.O.U. de 28/02/94, reeditada com os números 457 (D.O.U. de 30/03/94) e 482 (D.O.U. de 29/04/94) e convertida na Lei nº 8.880, de 27/05/94 (D.O.U. 28/05/94).*

Para Cláudio, o MP é mais que um emprego



Cláudio Portela

Foto: José Evaldo Vilela



Força feminina

Por Mônica Silva

Uma mulher que rompeu várias barreiras. Assim se pode definir Hilda Vieira Costa, a primeira mulher aprovada no concurso para membro do Ministério Público do novo Distrito Federal, em 1961. Pioneira em uma instituição que, na época, era basicamente formada por homens, ela também não se intimidou com o desafio da mudança para a nova capital.

Eram outros tempos: o trabalho feminino ainda era visto com des-

confiança, se não preconceito. Hilda formou-se em Direito em 1958 e, quando Brasília foi inaugurada, ela já era servidora do executivo federal. Decidiu vir para a cidade com a avó, Amélia Vieira da Conceição, a única parente próxima, e aqui começou uma nova vida.

O concurso para o Ministério Público surgiu como uma boa oportunidade. O edital foi publicado em 14 de novembro de 1960. Vencidas todas as etapas, Hilda foi aprovada em 2º lugar e tomou posse no dia 25

de maio de 1961. Era o início de uma carreira de dedicação ao Ministério Público que se estenderia por mais de uma década.

Até 1967, com a chegada da defensora Léia Esteves, Hilda foi a única mulher entre os membros do Ministério Público do DF. Esse, no entanto, não era um problema. "Ela era franca e enfrentava qualquer situação. Todos tinham muito respeito por ela", lembra a filha, Sara Delgado Casañas Ohata.

Filha do coração

Para Hilda, a maternidade também foi uma experiência diferente. Solteira, ela resolveu adotar a menina Sara, que já tinha cinco anos. As duas se conheceram quando Hilda atuava como curadora em um processo que envolvia o pai biológico

"Todos tinham muito respeito por minha mãe"

Sara: orgulho da mãe

Foto: José Evaldo Vilela





Almoço oferecido à magistratura e
ao MP, em 1963

Foto: Arquivo pessoal

“Ela foi nossa força até a morte”



Hilda e o ex-procurador-geral de
Justiça Guimarães Lima, em 1972

Foto: Arquivo Pessoal



Hilda Vieira Costa

Foto: Arquivo Pessoal



da menina. “Eu sabia que ela seria minha mãe”, conta Sara.

Mãe, neta e dona de casa. Hilda gostava de cuidar do lar. “Ela costumava, cuidava das reformas. Chegou a trocar, ela mesma, o couro de um sofá”, recorda-se. E era também uma profissional dedicada. “Ela era brilhante. Sempre foi muito justa em todos os cargos que exerceu”, afirma Sara, sem esconder a admiração pela mãe.

Em 1975, um novo começo na vida de Hilda. Ela foi aprovada no concurso para a Magistratura do

Distrito Federal e tomou posse em dezembro daquele ano como juíza substituta. Mais uma vez, ela estava entre os pioneiros: foi a terceira mulher a assumir o cargo em Brasília.

Quando se aposentou, na década de 80, Hilda pôde dedicar toda a atenção à família. “Ela foi nossa força até a morte, em 1997”, relembra a filha. E, mesmo depois de tantos anos, para Sara, o marido e os quatro filhos, Hilda continua sendo um exemplo de coragem, dedicação e amor à família. ■



Lembrando os nossos pioneiros

A Lei nº 3.754, de 14 de abril de 1960, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal de Brasília, criou o Ministério Público do Distrito Federal, constituído de um procurador-geral, dois promotores públicos, dois promotores substitutos e dois defensores públicos. As disposições transitórias previstas no artigo 95 possibilitavam aos membros do Ministério Público do antigo Distrito Federal a transferência para o novo Distrito Federal.

Os primeiros membros do novo Ministério Público foram Áttila Sayol de Sá Peixoto, Gilvan Correia de Queiroz, Milton Sebastião Barbosa e José Júlio Guimarães Lima, transferidos do Ministério Público do antigo Distrito Federal por força de decretos de 20 de maio (os dois primeiros) e 9 de junho (os dois últimos) de 1960.

Para complementar o quadro, foram transferidos para o nosso Ministério Público, em 4 de agosto daquele ano, o promotor público Antônio Honório Pires de Oliveira Júnior, da comarca de Divinópolis, Minas Gerais, e também o promotor José Lourenço de Araújo Mourão, do Território Federal do Acre. Estes foram os nossos pioneiros, aqueles

que desbravaram os caminhos da atividade ministerial em Brasília recém-inaugurada, enfrentando todo tipo de dificuldade que se possa imaginar.

Os primeiros seis membros efetivos do Ministério Público do novo Distrito Federal eram juristas já bastante experientes. Áttila Sayol de Sá Peixoto iniciou a sua carreira em 1944, como promotor público da então comarca de Porto Velho, transferindo-se para o Rio de Janeiro em 1946, como advogado de ofício, cargo transformado em defensor público em 1948. José Júlio Guimarães Lima iniciou a sua carreira como promotor do Estado de Goiás em 1938 e, em 1943, transferiu-se para o Rio de Janeiro, primeiro como advogado de ofício e, posteriormente, defensor público e promotor público. Milton Sebastião Barbosa ingressou no Ministério Público do antigo Distrito Federal em 1953, exercendo suas funções até a transferência para Brasília.

Antônio Honório Pires de Oliveira Júnior, vindo do Ministério Público de Minas Gerais, trouxe a experiência de oito anos de exercício ministerial. Gilvan Correia de Queiroz contava com nove anos de exercício no Ministério Público do antigo

Os primeiros membros efetivos do MP no Distrito Federal eram juristas bastante experientes



Distrito Federal, e José Lourenço de Araújo Mourão pertencia ao Ministério Público do território do Acre havia um ano.

Para dirigir o recém criado Ministério Público do novo Distrito Federal, foi escolhido um jurista de inegáveis méritos e larga experiência na vida pública do país. Dario Delio Cardoso, formado em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Minas Gerais, em 1927, foi o nosso primeiro procurador nomeado. Ele tomou posse e entrou em exercício em 14 de julho de 1960.

Aos 61 anos de idade, Dario Cardoso trouxe, em sua bagagem, a experiência sedimentada através dos anos no desempenho dos mais variados e importantes cargos públicos, tais como procurador da república, professor catedrático de direito constitucional da Faculdade de Direito de Goiás, diretor da mesma faculdade, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, Senador da República pelo Estado de Goiás e membro de diversas comissões parlamentares. Ele chefiou as missões parlamentares que, em 1952, visitaram o parlamento britânico e, em 1957, visitaram os Estados Unidos da América.

Para dar suporte administrativo às atividades ministeriais, a Lei nº 3.754/60 dotou o Ministério Público do Distrito Federal de um quadro de pessoal com onze cargos, assim distribuídos: Diretor da Secretaria Administrativa, um oficial administrativo, dois auxiliares administrativos, três datilógrafos, um contínuo, um motorista e dois serventes. O

No início, o MPDFT tinha 11 servidores

primeiro servidor do Ministério Público do novo Distrito Federal foi Arthur Sebastião Cesar da Silva, nomeado Diretor da Secretaria Administrativa.

Os demais servidores foram Alia Felício Tobias, que foi a primeira secretária do procurador-geral, José Faustino dos Santos, o primeiro motorista do Ministério Público, Sebastião do Carmo, Raimundo Arruda, Nelson Rodrigues de Souza, Carmem Magalhães, Oreste Mandarino, Léia Horácio Severo de Souza Pereira, Antônio Siqueira e Dorgival Vilar Neto. Todos os servidores da primeira hora exerceram suas atividades no Ministério Público com dedicação e sacrifícios, até a aposentadoria. Os últimos a se aposentar foram Raimundo Arruda, em 1989, e Nelson Rodrigues de Souza, em maio de 1995.

São esses, em resumo, os primeiros personagens da história que começamos a construir 50 anos atrás. Que venham os próximos 50!

João Alberto Ramos é procurador de Justiça





O primeiro ato de Justiça

O prosaico furto de um ferro elétrico foi o fato que deu origem à primeira sentença criminal proferida no novo Distrito Federal. A Revista Memória apresenta, na íntegra, a histórica decisão. São duas laudas datilografadas em que o juiz Joaquim de Sousa Neto registra a precariedade de recursos e as razões pelas quais, entre outros processos à espera, deu preferência a este.

O então promotor Milton Sebastião Barbosa foi o responsável pelo pedido de absolvição. É dele a assinatura de “ciente”, datada de 16 de novembro de 1960. Foi o início da trajetória de defesa da justiça e do cidadão de nosso Ministério Público.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL
Brasília

SENTENÇA

Vistos, etc.

O Ministério Público denunciou JOÃO FRANCISCO XAVIER, como incurso na sanção do artigo 155, do Código Penal, por ter, no dia 4 de Abril deste ano, furtado um ferro elétrico pertencente ao comerciante Antonio Alves Dossa.

Embora este Juiz não disponha de funcionários de cartório, dirigí o processo com obediência às formalidades essenciais.

Esta Sentença corresponde ao primeiro ato oficial e legítimo de justiça, em Brasília. É o primeiro pensamento jurídico do Estado a expressar-se em processo penal da nova Capital da República.

Coube a mim a viva satisfação e a ambicionada honra de compôr, sob a égide da Lei e a inspiração de Deus, o primeiro processo da nova Justiça, prolatando, assim, a primeira sentença de um poder que se organiza e atua no calor e na crença de uma vida livre, radiosa e forte, que ninguém comprime, nem humilha.

Dentre os quatro processos que me vieram às mãos, para julgamento, este está a exigir solução favorável ao acusado. Impõe-se a sua absolvição, ante a inexistência de prova que macule sua inocência.

Dos quatro processos - três que reclamam condenação e este que só comporta a solução liberatória - por que dei preferência a este, deixando aqueles para a segunda fase de julgamento? Porque a sentença de absolvição, sobretudo de reconhecimento e afirmação da inocência, tem primazia sobre as demais. A inocência tem direito às homenagens da justiça pública. O Estado lhe deve atenções especiais, oriundas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL



de seu dever fundamental de proclamá-la e respeitá-la.

O Estado que subestima ou persegue a inocência é o Estado relapso ou arbitrário, perverso e apóstata. E a Justiça que o serve, acumpliciando-se com atos de rebaixamento do cidadão, é a justiça sem alma e sem coração, sermão do despotismo ou de vãs cobiças, escravas dos outros ou de suas próprias fraquezas.

Por isso, havendo um inocente a absolver (um cearense, simples, humilde e sincero), a primeira sentença de Brasília, há de ser uma sentença de absolvição, como ato solene e irretroatável de afirmação e do fô da nova Justiça da República.

Pelas aparências da prova, o acusado teria furtado um ferro elétrico. Apurou-se, todavia, no êxito e no verdadeiro merecimento da prova, que o acusado foi vítima de uma maldade da vida, colhido por uma impiedosa aparência quando prestava um favor, vendendo o ferro a pedido de um conhecido, que, ferido num pé, necessitava de dinheiro para comprar uma injeção. Agia com tanta bondade e inocência que ofereceu o ferro ao legítimo dono, na loja de onde fôra subtraído.

O Dr. Promotor, reconhecendo a inocência do acusado, pediu justiça.

Em face do exposto, absolve o acusado, por estar provado que não praticou nenhum crime.

Custas, na forma da lei.

P. R. I.

Brasília, 8 de Junho de 1960

José Neto
(Dr. Joaquim de Sousa Neto)

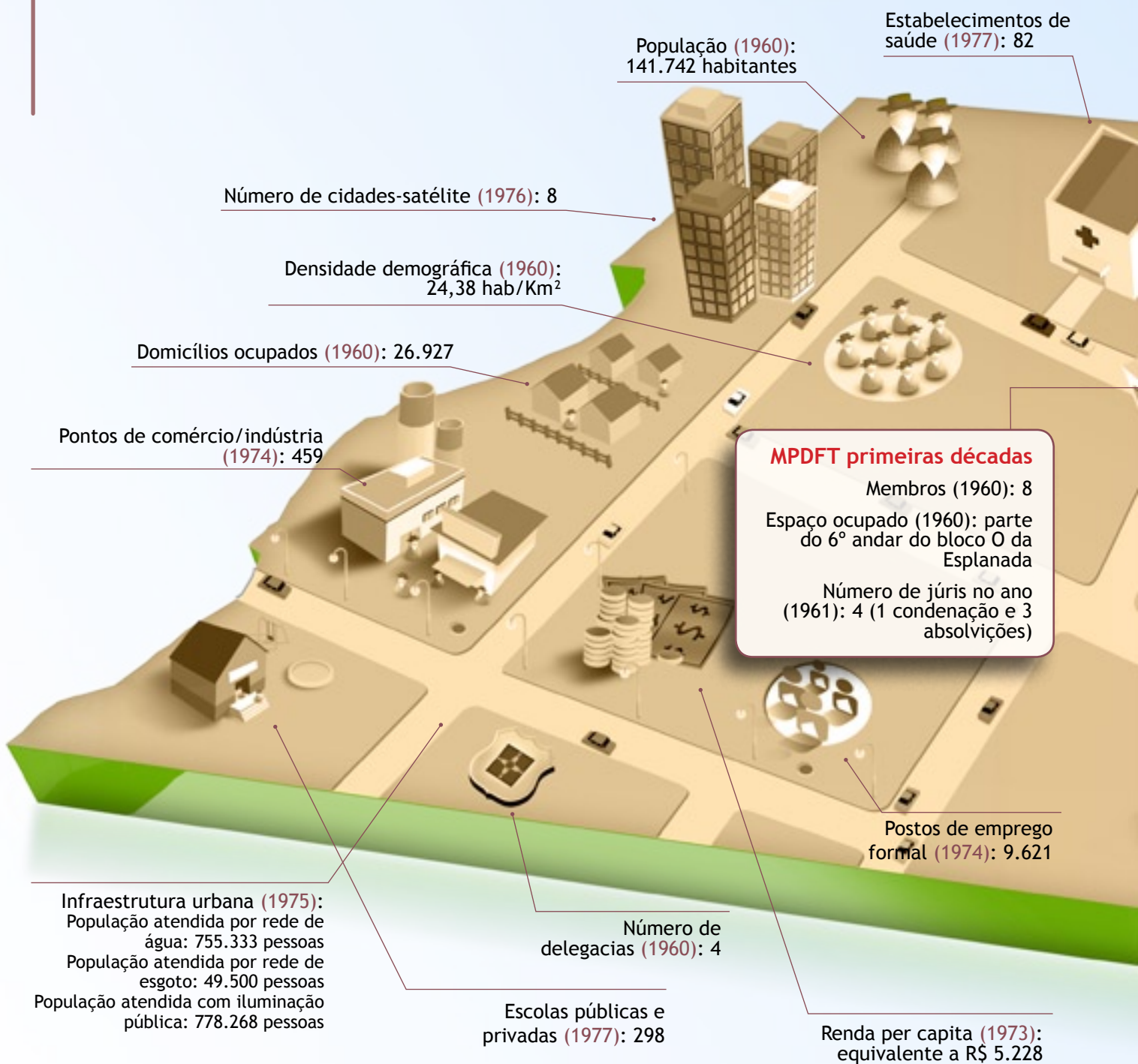
Juiz da 12ª Vara Criminal

Ciente
J. B. M.
16-11-60

O juiz lembra que a sentença “corresponde ao primeiro ato oficial e legítimo de justiça, em Brasília”



50 anos em números



Primeiras décadas



Anos 2000



Parabéns, MPDFT!

Por Daniella Carvalho



A recepção reuniu os integrantes da instituição no Edifício-Sede

Foto: José Evaldo Vilela

Logomarca, selo, concurso de monografias e uma grande festa marcaram as comemorações de 50 anos do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios em Brasília. A interpretação magistral da música Gota d'água, de Chico Buarque, pela cantora Indiana Nomma, foi um dos destaques da festa, realizada no dia 14 de maio no Edifício-Sede. Clássicos como *Dream a little dream of me*, *The way you look tonight* e *Summertime* emocionaram membros, servidores e convidados presentes ao auditório Promotor de Justiça Andreino Bento dos Santos Filho.

Os integrantes da Comissão do Jubileu, formada por membros e servidores da instituição, reuniram-se diversas vezes até decidir todos os detalhes da comemoração. Os participantes dividiram-se em três subcomissões, uma delas apenas para cuidar da festa. Tudo foi escolhido com muito carinho. Desde o show com a cantora Indiana até o coquetel, servido no mezanino do Edifício-Sede. A decoração surpreendeu a todos os convidados. Flores, velas e uma iluminação especial ornamentaram a parte interna e o terraço.

Antes do show, a Presidente da Comissão do Jubileu, a vice-procuradora-geral de Justiça, Maria Aparecida Donati Barbosa, fez um breve relato da história do MPDFT nos últimos 50 anos. Ela destacou que os integrantes do Ministério Público não devem sentir-se confortáveis com as vitórias já conquistadas. “A irresignação é elemento inseparável da alma do verdadeiro promotor de justiça, que não se permitirá descansar diante da injustiça e da opressão”, afirmou.

Citando as palavras do procurador de Justiça João Alberto Ramos, organizador do livro *Quatro Décadas de História do MPDFT*, publicado em 2005, a vice-procuradora discorreu sobre o futuro da instituição. “Se o Ministério Público abandonar as armas da lei para se permitir usar as mesmas armas dos opressores, dos violentos, dos intransigentes, dos coatores, estará cavando a sua própria cova. Esperamos um Ministério Público que mantenha a consciência inequívoca de que é Ministério Público de toda a sociedade e não apenas de determinada parcela dessa sociedade”, finalizou.



O promotor Paulo José Leite Farias foi premiado pela monografia sobre o Ministério Público

Foto: José Evaldo Vilela



O presidente do Tribunal de Justiça, Otávio Augusto Barbosa, a vice procuradora-geral de Justiça, Maria Aparecida Donati Barbosa, e integrantes da comissão do Jubileu

Foto: José Evaldo Vilela

De promotor Júpiter a Hércules e Hermes

A monografia *MPDFT – Evolução do modelo de Promotor de Justiça Júpiter (garantidor da lei) para Hércules e Hermes (protetor do interesse público primário)*, do promotor de Justiça Paulo José Leite Farias, obteve o primeiro lugar no concurso promovido pela Comissão do Jubileu.

O trabalho faz uma análise da evolução do Ministério Público com base na teoria dos ideais juízes de François Ost, transposta para o Ministério Público. Paulo Leite demonstra que o Ministério Público do Distrito Federal cada vez mais assume as funções de Hércules e Hermes, ou seja, de promotores de Justiça cuja atuação vai muito além da simples garantia da aplicação da lei (o promotor Júpiter).

Paulo Leite apresenta exemplos recentes da atuação do MPDFT, como o procedimento de regularização de condomínios, que resultou na assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta em 2007, e as ações civis públicas ajuizadas contra o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), que caracterizam os promotores Hércules e Hermes.

Na conclusão da monografia, Paulo Leite afirma que, atualmente, o Ministério Público atua na fiscalização das políticas públicas, misturando as atribuições de Hércules e Hermes. “O promotor atual é um garantidor dos direitos fundamentais. Ele ajuda a construir soluções, ouvindo todos os segmentos interessados”, defende.

Marca e selos

Desde o mês de março, as correspondências oficiais do MPDFT estão circulando com selos criados especialmente para o Jubileu. São doze modelos de selos com os principais monumentos históricos de Brasília e a logomarca dos 50 anos da instituição.

A marca do cinquentenário foi idealizada pela servidora Rosaurani Coelho Moutinho, da 1ª Procuradoria de Justiça Cível. A arte gráfica foi escolhida em concurso realizado internamente, em novembro de 2009, do qual participaram 50 candidatos. Servidora do MPDFT desde 1994, Rosaurani conta como nasceu a ideia vencedora. “O Edifício-Sede do MPDFT surgiu como inspiração para criar a marca, por ser um ícone dentro da paisagem do DF, não só por ser uma referência de localidade, mas também de modernidade e de beleza arquitetônica”, definiu. ■



A cantora Indiana Nomma e banda

Foto: José Evaldo Vilela

Estudos sobre o Estado e o Estado
Com o ministro da Justiça
Não recebeu ainda o anteprojeto da Lei Eleitoral — Outros assuntos

Os estudos relativos às emendas constitucionais referentes ao Poder Judiciário, em particular ao Ministério da Justiça, foram discutidos ontem pelo ministro da Justiça, Celso de Figueiredo, com o ministro da Economia, João Pinheiro, e o ministro da Educação, Carlos de Campos. O ministro da Justiça afirmou que o anteprojeto da Lei Eleitoral não recebeu ainda o parecer do Conselho de Estado e que, portanto, não poderá ser enviado ao Congresso Nacional até o dia 15 de maio. Outros assuntos discutidos foram a possibilidade de criação de uma Comissão de Inquérito para apurar os fatos ocorridos durante a campanha eleitoral de 1960 e a possibilidade de criação de uma Comissão de Inquérito para apurar os fatos ocorridos durante a campanha eleitoral de 1960.



Aplicará trezentos milhões à Caixa Econômica

Anuncia-se que o negocio será vultoso — Vultosos financiamentos de 40 a 50% — Vultosa reabertura de...



O almirante Amaral Peixoto ao firmar o...

Conforme estava previsto, foi firmado ontem à tarde, em solenidade realizada na sede da Caixa Econômica Federal de São Paulo, contrato de financiamento entre a autarquia e a sua congênera do Rio de Janeiro, através do qual serão aplicados 300 milhões de cruzeiros de economias paulistas em aquisição de terrenos...

Peixe Belga no Lago de Brasília

... e "black-bass", do Congo, amanhã, serão hóspedes do lago federal vai construir (come de tudo), servindo também, o último, de alimento para o "black-bass".

"A Associação dessas espécies se faz dentro de formidável equilíbrio biológico" — acrescentou.

PEIXE PARA O BANQUETE

"Para o banquete de instalação do governo em 1960, o peixe será fornecido pelos produtores de várias vezes, portanto, ser...



www.mpdft.gov.br
 Ouvidoria: 127

Govêrn... no Plan...

O sr. Mem de Sá fez ontem Senado um discurso, em tom crítico, sobre os dizeres da Mensagem presidencial deste ano a respeito de Brasília. No desenvolvimento da sua oração teve que enfrentar alguns verdades, que chegaram a chamá-lo de representante gáulico. No que teve...